

CRISE AMBIENTAL E SOCIAL EM TEMPOS DE CAPITALISMO DESTRUTIVO

Leandro Nunes¹

“Eu me vejo na minha infância como uma colméia, onde várias pessoas simples, insignificantes, vinham como abelhas trazer o mel de seu conhecimento e das reflexões sobre a vida enriquecendo generosamente o meu espírito, cada um como podia. Muitas vezes, acontecia de este mel ser sujo e amargo, mas todo conhecimento era mesmo assim mel”. (Górki)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a questão ambiental sob os marcos do capitalismo contemporâneo que se apropria não somente da exploração da força de trabalho, deteriorando relações sociais, mas também dos recursos naturais, destruindo o meio ambiente. Também aqui se pretende realizar indicações da reestruturação produtiva do capital, que se insere e ganha poder cada vez mais, atrelado ao mito do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Crise ambiental; Crise social; Capitalismo destrutivo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo se pretende destacar algumas questões do modo de produção capitalista destrutivo, com destaque as alterações climáticas e as relações sociais de dominação presentes. Vejamos. Pessoas perdendo suas casas, plantações comprometidas devido às enchentes, inversão nas condições climáticas em distintas regiões do mundo, conflitos causados pela busca de espaços com condições naturais favoráveis à sobrevivência, aumento da disparidade entre ricos e pobres... Assim, está cada vez mais claro que a usurpação dos recursos naturais, desta forma se mantendo, levará o planeta a enfrentar catástrofes em níveis ainda mais elevados.

Com tantas mudanças e catástrofes acontecendo nos perguntamos: o que está acontecendo com o clima? Por que ele está mudando? Perguntas com respostas aparentemente fáceis, porém, se devidamente analisadas, tornam-se verdadeiramente complexas. É o que veremos a partir de agora.

¹Graduando em Serviço social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero – NETEG. Email: leccinunes23@hotmail.com. Este trabalho foi orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Lara, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Coordenador do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O século XX acabou. Acabou num cenário de crise: global, ambiental, econômica, social, idológica e política.

O sistema capitalista e seu modo de produção apropriador e explorador está em cada “canto do mundo”, valendo-se do domínio total do mercado global, bem como das inúmeras atividades do ser humano. Este modo de produção se sustenta na exploração da força de trabalho e na utilização dos recursos naturais.

Desde os seus primórdios, apesar de o mesmo ter passado por diversas crises, sempre apresentou surpreendente capacidade de recuperação; entretanto, mantendo a constante destruição dos recursos naturais e a penalização da classe trabalhadora, que terá que trabalhar ainda mais e perderá seus direitos trabalhistas (historicamente conquistados através de lutas) como: previdência, educação, saúde, alimentação, etc. Na verdade, capitalismo é sinônimo de crise. Sendo assim e são nestes momentos que a luta da classe trabalhadora tem que se fazer presente mediante: a militância ambiental, o movimento racial, movimento camponês e todos aqueles alvos do preconceito gerado pelo sistema capitalista.

Hobsbawm faz referência precisa e transparente acerca da inserção do sistema capitalista em nossa sociedade em seu livro a “A Era do Capital”:

“O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive a força de trabalho) e vender mais caro. [...] Um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral” (HOBSBAWM, 1982, p. 21).

Atualmente toda a riqueza produzida no mundo está voltada para as mãos de poucos, a classe detentora dos meios de produção, e é esta mesma que detém o poder econômico há séculos. Segundo dados (<http://www.onu.org.br>), em 2010, mais de 1,3 milhões de pessoas no mundo dispunham de menos de um dólar/dia, outros muitos não possuíam sequer acesso à água potável, para poderem manter e reproduzir sua vida. Além disto, havia mais de 800 milhões de analfabetos e 100 milhões de crianças exploradas pelo trabalho infantil. Há algumas décadas atrás a relação de desigualdade entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era numa cifra de um para cada trinta (1:30). Atualmente, esta percentagem pulou de um para cada oitenta (1:80). Não precisa ser nenhum *expert* em matemática para que se possa notar uma imensa diferença de percentagem entre os dados

mencionados. E não somente isto, o planeta e seu poder de se auto-sustentar e disponibilizar recursos naturais para que os seres vivos sobrevivam, estão sendo postos em questão e covardemente atingidos pelo modo de produção vigente.

É por intermédio da relação entre homem e natureza, que os seres humanos possuem o potencial de alterar quaisquer sistemas regulatórios desta. Marx analisou tal relação através do metabolismo existente entre natureza e sociedade, mediante o processo de trabalho, que permite ao homem agir, mediar, regular, controlar, alterar a natureza e a si mesmo. Tomando como ponto de partida a sua teoria, para o enfrentamento da crise climática, é de sumária importância a luta pela construção de outra ordem social; como também a construção de formas consciência para a superação de todas as atuais expressões da decadência ideológica, através da qual não se tenha apenas respostas para a problemática econômica, mas também ambiental, cultural, social, sexual entre outras. Então, é necessário que se altere bruscamente as relações entre as diversas sociedades, culturas, e do homem para com a apropriação da natureza. Marx nos explicita também que a alienação do homem no trabalho está intrinsecamente associada à alienação do homem com a natureza. Sua teoria ao tocar na relação sociometabólica “homem x natureza” possibilita-nos refutar a armadilha ideológica que separa estas dimensões no momento em que se prende à discussão entre *antropocentrismo* e *ecocentrismo* como aspectos estanques. Na tentativa de buscar soluções para a crise ambiental, precisamos primeiro compreender que a aludida relação está diretamente ligada a relações materiais e sociais.

Perraut em sua obra “O Livro Negro do Capitalismo” afirma que o capitalismo é esmagador e escravizador; que visa apenas à eficácia econômica. Assim, não existem limites para o capitalista; este buscará cada vez mais o lucro às custas da natureza e da exploração do homem, visando ao benefício próprio. Observe:

“O capitalismo ganhou, e sua robusta versão mafiosa pesa sobre os despejos [...] daquela multidão deportada da África para as Américas, daqueles sacrificados nas trincheiras de guerras absurdas, [...] daqueles torturados até a morte nas celas do capitalismo, [...] do roubo na terra e dos recursos naturais, da devastação da natureza. [...] Mãos descarnadas dos povos condenados a pagar os juros de uma dívida que serviu apenas para enriquecer seus dirigentes. Mas elas não podem deixar de voltar a se unir um dia. E, nesse dia, a chama que as transportam incendiará o mundo” (PERRAULT, 2000, p.12, 13).

O autor no trecho descreve o quão brutal é a exploração promovida pelo capital; seja em relação à natureza, seja em relação ao próprio homem.

CONSEQUENCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Os solos estão sendo deteriorados e se tornando inférteis, haja vista a irresponsabilidade de grandes multinacionais agroalimentares; florestas ardem, desertos avançam na mesma proporção que a miséria, favelas eclodem na mesma percentagem que os lucros capitalistas, crianças desnutridas definham de fome e chegam ao óbito. Na África, além da fome, os habitantes sofrem com falta de água, exposição à violência, abuso sexual e doenças sexualmente transmissíveis.

As consequências do aquecimento do planeta nos mostram eminente não só uma catástrofe natural como também uma catástrofe social, pois, segundo previsões, algumas áreas se tornarão desertas, outras inundarão, outras definirão com seus solos inférteis. Nações entrarão em guerra não visando o poder, economia, política, religião, mas por áreas seguras para a sobrevivência dos homens. As atuais catástrofes sociais e naturais se agravarão ainda mais, e os efeitos ampliarão como se fossem cascata.

Em “Guerras Climáticas” Harald Welzer revela que uma das grandes injustiças deste mundo é que os principais responsáveis pelas alterações climáticas são os que menos sofrerão as consequências, as guerras climáticas e de recursos ameaçarão todos os valores de uma cultura – humanidade, razão, justiça, coletividade entre outros. Segundo a opinião de Welzer (2010), é exatamente este uma das maiores deficiências no atual debate climático: a pouca atenção dada às deslocamentos sociais que já ocorrem hoje em regiões do mundo particularmente afetadas pelas mudanças climáticas.

Em nenhum momento no contexto sócio-histórico da sociedade o homem se tornou tão dependente da natureza do que nestes últimos dois séculos. Este deve se livrar dos grilhões que os prende a economia neoliberal e começar a propagar uma espécie de *economia radicalmente social*, ou seja, abandonar o atual modo de fazer política, ligada ao critério monetário, lucratividade, e ajustar-se a uma política de reconciliação com o pensamento ecológico, social, cultural.

Este ano ocorrerá a Rio+20 (2012), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, na qual se procurará elaborar conjuntamente um amplo projeto de “desenvolvimento sustentável de crescimento”. Defende-se aqui, que não existe este dito desenvolvimento sustentável em prol do meio ambiente e sim uma reestruturação do capital, onde o mesmo se utiliza de novas roupagens. Não há responsabilidade

socioambiental. Mészáros (2010) afirma que “criar previsões que visem a redução na taxa de emissões de carbono” é uma evidência da incompatibilidade entre capitalismo e não destruição da natureza.

Atualmente existe um amplo debate em torno da redução das ações humanas sobre a natureza. Qual a melhor forma de aliar prosperidade econômica e preservação dos recursos naturais? Qual o modo mais sensato de fazer com que os capitalistas freiem suas atividades econômicas e custear os custos da destruição ambiental?

Ouve-se a mídia e seu acobertamento de notícias acerca de ações sustentáveis e previsões das mudanças climáticas; porém, esta não divulga e/ou discute as verdadeiras causas da degradação ambiental ou o porquê das nações que mais contribuem para a crise ambiental não se mostrarem preocupadas em reduzi-las.

A militância ambiental atualmente conta com diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde sua origem se opôs ao sistema capitalista, que integrou em sua bandeira, a luta pela reforma agrária, a questão ambiental etc. No ano de 2007, o MST juntamente com seus companheiros da Via Campesina realizaram no estado do Paraná uma jornada de agroecologia na qual a mesma contou com a participação de inúmeros delegados, engenheiros agrônomos, universitários e teólogos da libertação (Frei Betto, Leonardo Boff). Tais movimentos de luta por consciência socioambiental não são algo específico do Brasil, encontram-se presentes em diversos países, mesmo que com suas peculiaridades.

Devemos aplaudir cada avanço no pensamento ambiental, tais como: a lei de punição aos poluidores, projetos relacionados à proteção do meio ambiente, áreas que se mantém preservadas, energia gerada por meios limpos e fontes renováveis etc. Tais fatos são importantes não só por livrar o planeta de um ponto de não retorno, por este se entende o estágio que o planeta chega (3°C a mais da temperatura atual) e não mais possuir capacidade de se autoregular, mas também, despertar nos indivíduos, a motivação e capacidade que todos possuem de levantar uma bandeira de luta por direitos genuinamente ambientais; entender que é possível e necessário uma mudança brusca neste atual sistema de produção e relações.

Se este cenário de destruição do meio ambiente não for freado, teremos de nos habituar com um novo futuro, um futuro no qual o gelo tanto do pólo sul quanto do norte não mais existirão. As consequências deste evento vão desde a elevação do nível do mar, provocando inundações em cidades litorâneas, até a extinção dos recifes de corais, visto

que o branqueamento deste impede à realização de fotossíntese e desta forma a disponibilização de nutrientes essenciais para a sobrevivência de muitos seres vivos marinhos. As zonas habitáveis para o ser humano estarão cada vez mais diminutas, algumas regiões do planeta sofrerão com a crise de alimentos.

Dados do relatório elaborado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) revelam que 60% dos ecossistemas do planeta estão deteriorados e possuem poucas condições de se autossustentarem. Para que a atmosfera volte à estabilidade será necessário um corte de 60% nas emissões de gases estufa, atrelado a um investimento de US\$ 230 bilhões até 2030, representando 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) e 1,7% dos investimentos globais, de acordo com a Organização das Nações Unidas. David King em seu livro “O Tema Quente” descreve esta questão em uma frase: “A cor do dinheiro, agora, é oficialmente verde”.

A (IN) CONSCIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo “desenvolvimento sustentável” foi utilizado pela primeira vez em 1987 na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo definido como: *o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem suas necessidades.*

Entretanto, o interessante a se notar é que estas duas palavras possuem significados controversos: “sustentabilidade” significa “continuidade” e “equilíbrio” enquanto “desenvolvimento” significa “mudança”. Logo se nota a disparidade entre preservação e desenvolvimento; enquanto o primeiro se preocupa com a manutenção do equilíbrio climático o segundo se preocupa com riqueza socialmente produzida.

A busca por informações sobre o desenvolvimento em conjunto com a pressão exercida pela antroposfera sobre a ecosfera levou parte da sociedade a questionar sobre a crise ambiental. A questão acerca do desenvolvimento sustentável é: como a sustentabilidade pode definir e se operacionalizar como ferramenta que se ajuste à alienação imposta pela sociedade, em relação ao ambiente natural? A maior dificuldade para tal questionamento é o fato de não haver um conceito exato sobre sustentabilidade.

Um ponto importante a abordar sobre a crise ecológica foi à demora no tocante à reflexão sobre a relação homem x meio ambiente. Existem quatro perspectivas acerca da sustentabilidade: econômica, social, ambiental, geográfica. A econômica se refere à

manutenção do capital em todas suas formas. A social dá ênfase à presença do ser humano na ecossfera, sendo a preocupação maior com o bem estar do homem. Na ambiental a ênfase é dada aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. A geográfica pode ser alcançada a partir de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e atividades econômicas.

O Brasil possui papel de destaque no atual debate acerca do combate ao aquecimento do planeta. O país é líder na produção de bicomustíveis. Estes, porém, possuem duas características fundamentais: é fonte de combustível com baixo teor de carbono e sua queima emite poucas parcelas de CO²(Dióxido de Carbono). No entanto, para a produção deste combustível é necessário principalmente o bagaço da cana, o que nos abre uma grande lacuna para debate, a exploração dos trabalhadores no canavial. A título de exemplo, cerca de 30 mil trabalhadores migram do Vale do Jequitinhonha para o corte de cana em São Paulo a cada ano. Atualmente 80% do corte é feito a mão, onde estes trabalham de onze a doze horas por dia, sobre condições climáticas adversas, risco de picadas de animais peçonhentos (principalmente cobras), escoriações pelo corpo, mutilações em alguns casos devido ao podão (facão), transporte precário etc. Esta gama de situações pode acarretar no esgotamento das forças físicas e psíquicas, causando o deterioramento do corpo humano, reduzindo a expectativa de vida.

“[...] A vivência do trabalho no corte de cana tem sido presidida por uma dupla característica: as longas jornadas de trabalho e a máxima intensificação do trabalho, estimulada pelo pagamento a base da produção, isto é, da quantidade diária de cana cortada. Este duplo mecanismo que medeia a obtenção do tempo de trabalho necessário a sobrevivência do trabalhador, traduzindo no salário, encontra-se na base do sofrimento do trabalho”. (Iamamoto, 2008, p.216).

Neste contexto, nota-se o caráter ideológico do desenvolvimento sustentável. A relação de dominação da burguesia se dá mediante um distanciamento entre discurso e prática. Propaga-se a igualdade social, liberdade, segurança, preservação dos recursos naturais, entre outros. Porém, o que se nota é o contrário, cada vez mais disparidade social, violência, destruição dos recursos naturais e superexploração da força de trabalho.

Contudo, devemos nos libertar das amarras do desperdício, consumo e destruição. É necessário difundir a construção de uma relação racional entre sociedade e natureza, a fim de almejar a construção de um sistema responsável tanto com o social, como com o meio ambiente e, por conseguinte, com a emancipação humana.

CONCLUSÃO

O desafio por qual o planeta passa está no centro das múltiplas facetas do modo de produção capitalista. O maior problema deste é que a ideia de progresso está intrinsecamente ligada à dominação da natureza.

Num mundo tomado pelo capitalismo destrutivo, este não acarreta consequências apenas na degradação das forças de trabalho humanas, mas também no meio ambiente. Tais consequências afetarão a sociedade tanto na questão geográfica quanto na social (relações sociais), estas agravarão ainda mais toda uma conjuntura de formação do espaço geográfico que habitamos. A alteração deste meio vai desde a perda de casas devido a enchentes, furacões à infertilidade do solo, a sociedade humana se verá obrigada a entrar em constantes conflitos na busca pela sua sobrevivência.

O contexto que ronda o aquecimento global evoluiu muito nas últimas décadas, evoluiu de uma simples suspeita para dados mais que concretos. Ao fazer análise destes dados sabe-se que todos os continentes estão vulneráveis as mudanças climáticas. O aquecimento do planeta é mais sério que imaginamos, logo, é hora de deixar o ceticismo de lado e agir. E o único modo de fazer esta ação é através de ações construtivas, determinadas e imediatas.

Estamos reduzindo drasticamente a vida e a capacidade que a terra tem de se restabelecer, diante de certas mudanças no sistema climático. Somos bilhões de pessoas ao redor do mundo, e estima-se que a população duplique no próximo século. Os recursos naturais existentes não sustentam esta intensidade; pelo contrário, estão se extinguindo cada vez mais. Há poucas regiões no planeta que ainda não sofreram influência da ação humana. A interferência do homem no ambiente supera qualquer barreira negativa que se conhece, por serem imprevisíveis e difíceis de frear, desde a quebra da cadeia alimentar até a matança de espécies para o simples fato de esporte e/ou a captura das mesmas para colecionar, comercializar entre outros provocando efeito dominó irreversível.

É necessário que o Estado tome seu lugar como mediador da relação homem/natureza, um Estado que se atenha aos interesses do povo e da natureza e não do capital. São necessárias medidas mais poderosas, motivadoras, proativas, capazes não só de mudar o curso do grave problema que o planeta vem sofrendo, como também capazes de produzir consciência crítica que reconheça e negue radicalmente esse processo. Mas para tal precisamos primeiro responder para nós mesmos: poderá o homem sobreviver às ações dele mesmo? Após isto, homem deve trocar o conhecimento azedo da destruição, exploração, ambição pelo mel da preservação, pelo mel da *revolução social*.

Através desta relação entre o homem e a natureza, podem-se usar as palavras de Marx “*o homem naturalizado e a natureza humanizada*”, onde o homem utilitário do sistema capitalista possui tanto a característica de viver na natureza e contra a natureza ao mesmo tempo. É certo que existe um meio natural em constante mudança, formação, movimento, mas o que se presencia atualmente não é um mero “movimento da natureza”, mas sim consequências destrutivas inelimináveis do modo de produção capitalista.

A crise social não se oriunda apenas das consequências ligadas ao aquecimento planetário como enchentes, crise na produção de alimentos, mas também devido a divisão sexual do trabalho, condições sub-humanas de trabalho, longas jornadas de trabalho, violência, desigualdade na divisão de renda, superexploração da força de trabalho. Todos estes possuem como causador principal, o capitalismo destrutivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOSTER, J.B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Trad. Maria Tereza Machado. 3º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.
- GORKI, M. *Infância*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo. Cosac Naify, 2007.
- HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski, São Paulo. Boitempo. 2011.
- HOBBSBAWM. E.J. A era do capital, 1848-1857, Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo. Paz e Terra. 2011.
- JINKINGS, I. ; NOBILE, R. Mézaros e o fardo do tempo histórico, São Paulo. Boitempo. 2011.
- MÉSZAROS, I. A crise estrutural do capital. Trad. Francisco Raul Cornejo. 2º ed. ver. E ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Estrutura social e formas de consciência. A determinação social do método. Trad. Luciana Pudenzi. São Paulo. Boitempo, 2009.
- SILVA, M.G. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo. Cortez. 2010.
- WELZER, H. Guerras Climáticas. Por que materemos e seremos mortos no século XXI/ tradução William Lagos. São Paulo. Geração Editorial. 2011.